



Cabo Delgado: cinco anos de abusos e violação de direitos humanos

- Assinalou-se em todo mundo, no dia 10 de Dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data é comemorada desde 1950 e serve para assinalar a oficialização da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas. Em Moçambique, o Dia Internacional dos Direitos Humanos foi celebrado com as atenções viradas para Cabo Delgado, província que há cinco anos tem sido palco das mais variadas formas de abusos e violações dos direitos humanos.



A violação sistemática dos direitos humanos inclui o assassinato de civis, a destruição de casas da população, de centros de saúde, escolas, além da crise humanitária que se traduz na deslocação forçada de mais de um milhão de pessoas das suas zonas de origem. O extremismo violento que põe em causa a soberania do Estado levou à mobilização de tropas estrangeiras, nomeadamente do Ruanda e da SADC (SAMIM) e constitui hoje o maior desafio para Moçambique.

Além de violação e abuso de direitos humanos e destruição de infra-estruturas sociais e económicas, as acções dos extremistas violentos forçou à paralisação dos principais projectos de LNG localizados em Palma, com a petrolífera francesa TotalEnergies a declarar força maior.

Ademais, assiste-se à criação de obstáculos para que o direito à informação no contexto dos ataques armados em Cabo Delgado não seja devidamente exercido. A limitação do direito à informação passa por intimidar os profissionais da comunicação social que queiram fazer a cobertura jornalística nos locais do conflito e, em casos extremos, há espaço para detenções arbitrárias de jornalistas.

Cabo Delgado tornou-se num local privilegiado de concentração de organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos para melhor se informar e intervir. No plano nacional, destaca-se a presença da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos (RMDDH), hospedada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), que intervem na facilitação de meios para que os defensores dos direitos humanos realizem as suas actividades sem grandes problemas. Ainda no plano nacional, há várias organizações de defesa dos direitos das crianças, das mulheres, de advocacia para os problemas da juventude, que implementam programas para minimizar o risco de violação dos direitos humanos ou prestam apoio psicossocial dos indivíduos que sofreram abusos.

No plano internacional, destaque vai para a Cruz Vermelha Internacional, Ayuda en Acción e agências das Nações Unidas, nomeadamente a UNICEF, ACNUR, ACNUDH, WFP, PMA, OIM, PNUD. Estas agências financiam e lideram a ajuda humanitária através de projectos de reconstrução pós-conflito e apoio directo para alimentação e abrigo a milhares de vítimas do extremismo violento espalhadas pela província e por toda a região norte de Moçambique.

O contexto do conflito instalado em Cabo Delgado, sobretudo a violação dos direitos humanos e a crise humanitária, tem alimentado o debate público dos últimos cinco anos, tanto em Moçambique como ao nível internacional. Além do debate em curso, o conflito do tipo extremismo violento fez emergir, em Cabo Delgado, novos actores de defesa dos direitos humanos. Por isso, na semana dos direitos humanos, principalmente nos dias 9 de Dezembro (Dia Internacional dos Defensores dos Direitos Humanos) e 10 de Dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), várias organizações estiveram em Cabo Delgado para discutir os problemas que afectam de forma específica os seus grupos-alvo.

No dia 10 de Dezembro de 2022, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com a Fundação Azul e a Amnistia Internacional, organizaram uma feira dos direitos humanos que permitiu perceber o estágio da defesa dos direitos humanos na voz dos defensores de direitos humanos e as principais perspectivas para o trabalho dos defensores. Paralelamente, a Womanidade organizou, de 10 a 12 de Dezembro de 2022, em Pemba, uma reflexão sobre os direitos das mulheres subordinado ao tema: “O que temos, e o que nos falta”.

Em Maputo, a Rede Moçambicana de Defensores dos Direitos Humanos (RMDDH) organizou uma cimeira dos defensores de direitos humanos, no dia 9 de Dezembro de 2022. O evento contou com a participação activa de activistas e defensores de direitos humanos de Cabo Delgado, que fizeram parte do painel de debate. Ainda no mês de Dezembro, concretamente nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro de 2022, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos organizou a Conferência da Região da África Austral sobre Planos de Acção Nacionais sobre Negócios e Direitos Humanos. Esta conferência destacou o papel central dos Planos de Acção para a protecção dos direitos das comunidades afectadas pelos investimentos na indústria extractiva.


Em suma, o ano 2022 foi uma continuação da violência e violação de direitos humanos em Cabo Delgado, com a agravante de que existe uma tendência para normalização do conflito e das suas consequências mais brutais, sobretudo o assassinato de civis e a crise humanitária. Mas 2022 foi também um ano de consolidação da presença de organizações de defesa dos direitos humanos e de ajuda humanitária em Cabo Delgado.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Abdul Tavares
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

